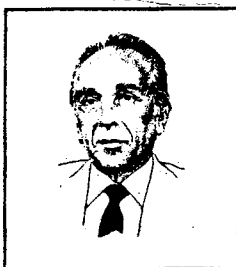


EDMUNDO KLOTZ

ESTADO DE SÃO PAULO

Como preservar a estabilidade



O Brasil saiu das eleições, cobrando resultados da esfera pública

O Plano Real atravessa uma etapa importante — da turbulência das pressões dos salários, entressafra e aumento dos insumos sobre os preços — mas nada que abale as perspectivas otimistas de estabilização da economia, que é um processo que se consolida a médio prazo. A condução do plano tem se mostrado eficaz, não sofrendo solução de continuidade nem mesmo com a troca do titular da pasta da Fazenda. As previsões apontam que

o País crescerá este ano entre 3,5% e 5%, que não haverá déficit público em 94 e que 95 terá um superávit primário de 3% do PIB.

Esse cenário positivo embute o otimismo popular e resgate da autoconfiança. A faixa de mais baixa renda da população vem sendo uma das mais beneficiadas com o fim da inflação e da ciranda financeira porque conseguiu reaver o poder de compra dos salários. No caso dos alimentos, o acréscimo da demanda está vindo dessa classe, que passou a ter acesso a produtos industrializados, inacessíveis. Todos os trabalhadores também tiveram ganhos salariais num cenário de inflação reduzida. A estabilidade restituiu a todos a possibilidade de planejar a vida e os negócios. A estabilidade é fundamental para a economia como um todo por

que o investimento externo de risco só é atraído quando há preços e regras estáveis na economia.

O resultado das eleições também reflete o grau de otimismo interno e fortalece a confiança no plano econômico. O fato de Fernando Henrique Cardoso ter sido o presidente mais votado desde 1945 demonstrou o alto índice de popularidade do programa. Esse índice de confiança no plano também se reflete no

câmbio valorizado, que manteve sempre o dólar a reboque do real, superando as expectativas iniciais da paridade de um para um. As reservas cambiais atuais, uma das cinco maiores do mundo, induzem o próximo governo a um crescimento sustentado, o que poderá gerar um novo surto de desenvolvimento, como o País conheceu na década de 70.

A estabilização dos preços e da moeda e os ganhos decorrentes também de antecipações salariais espontâneas fortalecem o consumo de bens duráveis e não duráveis. Esse aumento do consumo era previsto, mas não tem a dimensão do Plano Cruzado, nem suas consequências negativas, como o desabastecimento e ágio disseminado. Contudo, vale ressaltar que a expansão econômica internacional, principalmente nos

Estados Unidos e Japão, está encarecendo os preços das commodities agrícolas e minerais, elevando os custos da produção da indústria brasileira.

A despeito das dificuldades, o programa de estabilização econômica, referência do Brasil que os brasileiros sempre quiseram ter, precisa ser preservado. Portanto, a indústria como um todo deve minimizar as pressões de preço dos insumos e maximizar a produção para atender à demanda. A indústria não pode amanhá, por oportunismo de alguns, vir a ser taxada de vilã do Plano Real, a exemplo do que aconteceu com os supermercados na Era Cruzado.

A indústria da alimentação está dando sua contribuição à continuidade do plano de estabilização. Vem resistindo às pressões sobre os custos de matérias-primas, como carne, leite, em função de dois fatores sazonais ocorridos: a maior geada ocorrida no País nos últimos 20 anos e a pior seca dos últimos 50 anos nas regiões do Centro-Sul do País e das pressões geradas pelas commodities internacionais. O período mais crítico vai até o final do ano, quando, então, começa aumentar a oferta do boi gordo.

As pressões também vêm das embalagens, exigindo que a indústria de alimentação suporte os elevados aumentos sobre os preços das caixas de papelão, plástico, vidros etc. Alguns desses produtos tiveram suas alíquotas de importação reduzidas como forma de segurar a tendência altista. Essa solução deve ser pensa-

da como alternativa provisória para que não afete a indústria nacional, exposta a uma dura competição externa.

Por estar ciente da influência que exerce na ponderação dos índices que mensuram a inflação — como, por exemplo, a cesta básica — a indústria de alimentação está empreendendo todos os esforços, inclusive junto à Assessoria Especial de Preços do Ministério da Fazenda, para encontrar alternativas para contornar as pressões sobre os seus custos, preservando a continuidade do plano de estabilização da economia, que tem pela frente o desafio da consolidação com reformas estruturais no sistema tributário, na Previdência e no Estado.

O Brasil mudou, saiu das eleições demonstrando ser um País mais racional e cidadão, cobrando resultados e desempenho da esfera pública. Portanto, a sustentação do Plano Real é, hoje, um projeto coletivo de industriais, trabalhadores, consumidores, governo, agricultores e banqueiros. Para ter sucesso, depende do esforço de todos em torno da criação de condições favoráveis à transição para o futuro governo, a fim de que o País esteja pronto para no próximo ano, cumprir sua pauta de reformas, acabar com seu déficit de competitividade e dar sua arrancada definitiva rumo ao ingresso no Primeiro Mundo.

■ Edmundo Klotz é presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Alimentos (Abia)